



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 282 -----

----- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia:-----

----- Ponto um: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- Período da Ordem do Dia:-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da segunda Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda.", como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de dois mil e onze do Município de Anadia, nos termos do n.º 2 do Artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais)";-----

----- Período de Intervenção do Público:-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e cinco minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cérca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
----- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
----- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
----- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
----- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
----- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
----- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
----- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
----- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:

- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguiim;-----
----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD - PJF da Amoreira da Gândara;-----
----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD - PJF de Arcos;-----
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----

----- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia (PJF), do indicado Grupo Municipal (GM):-----

- • Henrique Manuel Lameirinhos Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro.-----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----

- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador.-----
----- • Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira – PPD/PSD – Vereadora;-----
----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----

----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de trinta de Junho, de imediato, e antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário do pedido de substituição apresentado pelo Senhor Deputado Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro, em virtude de não lhe ser possível comparecer à sessão. Informou, ainda, que o Senhor Deputado tinha igualmente solicitado a sua substituição, por Sílvia Margarida Batista Ferreira, a quem lhe foi conferida a identidade mesmo antes do início da sessão, por ser a primeira vez que se apresentava a uma sessão da Assembleia Municipal naquelas funções.-----

----- Seguidamente, referiu que da ordem de trabalhos para a sessão entretanto iniciada não constava a análise e aprovação da última acta do órgão, em virtude de não ter sido possível a sua feitura em tempo útil.-----

----- Assim sendo, deu início ao período de antes da ordem do dia, e ao seu primeiro e único ponto: "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA*".-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a recordar que na última sessão tinha sido acusado pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal, pelo que gostaria de repor a verdade. Relembrou, então, que tinha sido acusado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de ser mentiroso e mal-educado e destacou o facto de ter sido eleito democraticamente por alguns munícipes de Anadia para os representar, não só a eles, bem como a todos aqueles que foram eleitores.-----

----- Entretanto, referiu que foram assumidas, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, algumas actividades relacionadas com as comemorações do 25 de Abril, que não se realizaram. E, portanto, declarou, uma vez mais ao Senhor Presidente da Assembleia que não tinha sido ele o mentiroso, e que gostaria, uma vez que tinha sido apontado como mentiroso, e atendendo a que as sessões da Assembleia são gravadas, que a gravação fosse dada a conhecer aos Deputados, para esclarecer se tinha sido ou não mentiroso naquilo que exigia perante os órgãos responsáveis.-----

----- Recordou, também, que tinha sido acusado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de ser testemunha em dois processos que estavam a decorrer sobre a sua responsabilidade. Esclareceu, assim, que na altura tinha dito que não se poderia recusar a apresentar-se às autoridades responsáveis do País. Então, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se esse processo em que tinha prestado declarações, uma vez que no outro tinha sido imposto como testemunha mas não tinha apresentado declarações, mas naquele onde tinha apresentado declarações, e se esse processo tinha sido dado por encerrado, se podia ou não, ler essas suas declarações em que foi acusador contra o Senhor Presidente da Câmara.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu, ainda, julgar que não tinha sido acusador e refutou também as acusações feitas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na última sessão da Assembleia Municipal, quanto a ser o porta-voz das cartas anónimas, declarando nunca ter entrado em gabinetes nem nos estaleiros da Câmara. Portanto, sobre a informação relativa às fichas para recrutamento de militantes, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que seja esclarecedor da verdade perante a Assembleia Municipal, porque, não sendo, iria tomar uma decisão.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que, depois de cumprimentar os presentes, passou a apresentar, em nome do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, uma Pergunta/Requerimento relativamente ao "Plano Municipal de Protecção Civil", com o seguinte teor:-----

----- "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. A segurança dos cidadãos é, e sempre será, uma das maiores preocupações dos responsáveis nacionais e locais pelo que este deverá ser um tema a ter sempre em constante atenção.-----

----- Neste sentido a actividade da Protecção Civil Municipal tem como objectivos fundamentais, prevenir no território municipal os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultante; atenuar na área do município os riscos colectivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências; socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público e apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município afectadas por acidente grave ou catástrofe.-----

----- Assim e de acordo com a Lei 65/2007, os Deputados Municipais do CDS-PP requerem a V. Exa., nos termos regimentais, que a Câmara Municipal de Anadia os informe, por escrito e dentro dos prazos legalmente estabelecidos acerca das seguintes questões:-----

----- 1) A lei determina que a comissão Municipal de protecção civil integre um Comandante Operacional Municipal. Existe esse Comandante no Município? Senão porquê?-----

----- 2) A lei determina que a comissão Municipal de protecção civil tenha nos seus quadros de pessoal funcionários com formação na área. Existem funcionários com formação específica? Qual a formação dos funcionários afectos à comissão Municipal de protecção civil?-----

----- 3) A lei determina que os planos municipais em vigor devem estar actualizados em conformidade com a nova legislação de protecção civil. Existe Plano Municipal de Protecção Civil? Quando sofreu a última actualização?"-----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à intervenção do Senhor Deputado João Morais, declarou que seria difícil poderem dar-lhe uma qualquer resposta, quando não identificava aquilo a que se referia ou as questões que gostaria de ver esclarecidas. De qualquer modo, adiantou que na sessão que se encontrava a decorrer, ou na aprovação da próxima acta, a Presidência da Assembleia Municipal teria todo o gosto de esclarecer o Senhor Deputado João Morais



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente às questões que tinham sido levantadas, nomeadamente quanto às que decorreram das actividades do 25 de Abril. Não obstante, comentou que tinham sido assumidas algumas actividades que não se realizaram e acrescentou que solicitar respostas sobre esses assuntos era um pouco complicado porque não sabiam àquilo a que o Senhor Deputado se estava a referir.

----- Concluída a pequena intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o mesmo passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para também ele esclarecer o que tivesse por conveniente.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, então, ao Senhor Deputado João Morais, que na última sessão da Assembleia Municipal já tinha dado todas as respostas e todos os esclarecimentos, pelo que nada mais tinha a acrescentar.

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, referiu que, parecendo-lhe tratar-se de um requerimento, o mesmo deveria ser apresentado por escrito para que a Câmara Municipal pudesse dar a correspondente resposta.

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não havendo mais pedidos de intervenção para aquele período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, assim, o mesmo por encerrado o período de antes da ordem do dia.

----- Prontamente, deu entrada no período da ordem do dia, para o que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedesse à introdução do seu primeiro ponto: *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"*.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a documentação de suporte daquele ponto era bastante esclarecedora, ressalvando, no entanto, que poderia não ser suficiente, poderia estar ainda algo em falta. Todavia, considerou que a nota era expressiva e coerente e que dava resposta ao determinado no respectivo artigo do RAMA.

----- Entretanto, disse pretender acrescentar ao documento em discussão, porque o mesmo estava actualizado à data em que tinha sido remetido aos Senhores Deputados, algo de extrema importância para o Município. Começou, assim, por explicar que vinha sendo complicado, até então, aprovar obras. E, referindo-se em concreto ao ponto um ponto dois do documento (identificado como "Empreitadas"), e ao subtítulo "Requalificação Urbana e Acessibilidades Integradas na Curia", recordou que o mesmo informava aguardar o Visto do Tribunal de Contas. Sobre essa questão, adiantou que, de acordo com informação recente, a Câmara Municipal já tinha o Visto do Tribunal de Contas, pelo que, em breve, seria feita a respectiva consignação e, naturalmente, a entrega da obra, estabelecendo os prazos para a realização ao empreiteiro.

----- Considerou, assim, tratar-se de uma novidade que pensava agradar a todos, e em particular à freguesia de Tamengos, que iria finalmente ver a Curia com outra cara, de acordo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o projecto que já seria do conhecimento de todos. Antecipou, ainda, que para aqueles que não conheciam o projecto, a Câmara Municipal iria fazer a apresentação pública nos próximos dias, em data a combinar com o empreiteiro por causa do auto de consignação, sendo que, na devida altura, a Autarquia daria conhecimento dessa data. Aproveitou, assim, a oportunidade para dirigir um convite a todos os que quisessem estar presentes, porquanto a Câmara Municipal teria muito gosto nisso.

----- A terminar, voltou a referir que considerava estar tudo mais ou menos expresso no documento em apreciação e apelou à intervenção dos Senhores Deputados no caso de estar algo em falta, disponibilizando-se para responder às perguntas que lhe fossem colocadas.

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.

----- Depois de cumprimentar os presentes, disse que gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de obter mais alguns esclarecimentos acerca das informações prestadas no documento em apreciação, nomeadamente a um dos pontos que disse já ter focado numa das últimas sessões, e que tinha a ver com a análise e a avaliação das candidaturas do Fundo Social Municipal.

----- Sobre essa questão, disse que gostaria de saber quantas candidaturas já tinham sido contempladas e como estava a decorrer esse processo de análise e avaliação.

----- Relativamente a uma questão que também tem a ver com a coordenação da formação na área da saúde, e isso no âmbito da Ação Social, e mais concretamente na Rede Social, disse pretender que o Senhor Presidente da Câmara Municipal o informasse a cargo de quem estava aquela coordenação e, basicamente, de que se compunha aquela coordenação.

----- Passou, ainda, a apresentar duas questões para esclarecimento. Uma primeira que tinha a ver com a elaboração de Planos de Pormenor de algumas Zonas Industriais, sobre a qual pretendia saber quais as Zonas Industriais que estavam, no momento, a ser contempladas com os Planos de Pormenor. E, uma segunda, relativamente ao acompanhamento que está a ser feito do PDM, nomeadamente qual o actual ponto de situação.

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Marinha, começou por responder à questão levantada pelo Senhor Deputado relativamente às candidaturas apresentadas ao Fundo Social Municipal, sobre a qual disse não ter dados concretos, para lhe responder de imediato, sobre o número de candidaturas que foi apresentado. No entanto, informou o Senhor Deputado de que são feitas muitas candidaturas, mas a sua grande maioria não reúne condições para ser aprovada, ou por rendimentos elevados, ou por situações que entretanto se normalizam (nomeadamente de pessoas que estão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desempregadas e que entretanto arranjam emprego e desistem da candidatura).-----

----- Sobre o assunto, reconheceu tratar-se, efectivamente, de um processo que está continuamente em marcha, mas adiantou que, de certo modo, as candidaturas não têm aparecido com a gravidade expressa, porque os serviços sociais fazem a análise, de tal modo que a Câmara possa decidir de forma muito concreta o valor do apoio a atribuir a cada pessoa, de acordo com o respectivo Regulamento. Ressalvou, no entanto, que com isso não queria dizer que as informações prestadas pelos candidatos aos técnicos do serviço social não seriam correctas, mas, antes, que nem sempre eram suficientes para uma análise criteriosa do apoio em relação ao Regulamento do próprio Fundo Social, aprovado pelo Executivo Municipal.-----

----- Adiantou, ainda, que as verbas não tinham sido muito aplicadas, a tal ponto que o Executivo já tinha revisto e melhorado o Regulamento do Fundo Social Municipal *Por Uma Causa Social*, no sentido de haver uma maior abrangência a outro tipo de carentes, que não aqueles que efectivamente o Regulamento inicial impunha. Nessa conformidade, informou que a Câmara Municipal aguarda resultados, mas antecipou que não tem sido muita a frequência com que os serviços têm sido chamados a intervir.-----

----- No âmbito da saúde, recordou que a Câmara Municipal de Anadia, assim como todas as Câmaras, não tem influência directa na área da saúde, mas referiu que, no âmbito das suas competências, a Autarquia tem de se expressar quando isso é exigido, ou quando a própria saúde no concelho tem alterações que por vezes põem em causa a acessibilidade à saúde por parte dos munícipes do concelho de Anadia.-----

----- Ainda sobre a questão da saúde, referiu ser a própria Rede Social que coordena um pouco todos esses sectores de saúde, o próprio social, no sentido de detectar eventuais falhas que essa área possa ter no concelho. Entretanto, reconheceu que a Câmara Municipal tinha em mãos um problema complicado, na medida em que, com toda a recente reformulação dos Centros de Saúde, dos Hospitais, não vinha sendo, ultimamente, muito solicitada para se pronunciar sobre a matéria. Não obstante, disse continuar atento à evolução, não sabendo, no entanto, em concreto, onde tudo vai chegar.-----

----- Adiantou, ainda, que o tipo de contactos que a Câmara Municipal vai estabelecendo, não podendo, também, ir além disso, porque a sua intervenção, de acordo com a Lei, não é muito grande - reconheceu -, era como o que tinha tido recentemente com a Senhora Coordenadora do Centro de Saúde, quando procurou saber o motivo pelo qual a Consulta Aberta, numa determinada altura, teve falta de médicos. Sobre essa questão, aproveitou para dizer que a Senhora Coordenadora lhe tinha telefonado a informar tratar-se de um problema de dificuldade de técnicos de saúde e não de uma decisão de acabar com a Consulta Aberta.-----

----- Sobre o problema do PDM, informou o Senhor Deputado Rui Marinha de que se encontra a aguardar as últimas fases do estudo de impacte ambiental, estudo esse que está a ser feito na Universidade de Aveiro. Informou, também, que os serviços já tinham corrigido o Regulamento, de acordo com as informações que lhe foram fornecidas pelos serviços competentes,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resumindo-se a uma questão de mapas. Nessa medida, referiu que dentro de uma ou duas semanas teriam a versão que consideram final, assim os serviços competentes lhes dêem razão.

----- Quanto à questão dos Planos de Pormenor das Zonas Industriais, informou que os mesmos também se encontram em fase de elaboração, nomeadamente o de Amoreira da Gândara, o do Paraimo, já com estudos de impacte ambiental, que actualmente são obrigatórios. Portanto, declarou que todo o procedimento estava a decorrer de acordo com as decisões que os Tribunais Administrativos tinham imposto à Câmara Municipal, que tudo estava a avançar, ainda que presentemente tivesse que avançar paralelamente aos chamados estudos de impacte ambiental, que estão a ser desenvolvidos, ao caso, pela Universidade de Aveiro. Concluiu, declarando não ter muito mais informação a dar sobre o assunto, mas acrescentou ser aquele o ponto da situação.

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS, para exercer o direito de resposta.

----- O Senhor Deputado disse pretender congratular-se com o facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal ter anunciado que no espaço de duas semanas o PDM iria estar concluído, porque tal anúncio constituía, para si, um motivo de regozijo.

----- Por outro lado, disse não ter ficado inteiramente satisfeito com a resposta respeitante ao Fundo Social Municipal, porquanto, se de facto as candidaturas não respondem aos requisitos do Regulamento, então, estão perante uma situação um pouco complicada: ou o Regulamento é exigente demais, ou, de facto, as pessoas não têm dificuldades, o que disse parecer-lhe não ser o caso, na medida em que as queixas são mais do que muitas, todos os dias e a todas as horas. Nessa conformidade, referiu que deverá existir um qualquer desajustamento que considera necessário rectificar, acrescentando que seria útil fazê-lo a breve prazo, para que a situação fique mais clarificada.

----- No que diz respeito à questão da coordenação da saúde, esclareceu que a sua pergunta se prendia, não com a questão da coordenação da saúde, mas com a questão da formação na saúde, reforçando que tinha perguntado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal quem era a pessoa que estava a coordenar a formação na saúde.

----- De seguida, e para responder à intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que pretendia corrigir duas situações sobre o que tinha declarado na sua intervenção.

----- Primeiro, esclareceu não ter dito que o PDM estaria pronto dentro de duas semanas, mas antes, que o PDM, na Câmara Municipal, se encontra concluído, e há já bastante tempo. Entretanto, aproveitou para prestar mais algumas informações sobre todo o processo.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Começou por referir que cada vez que o processo é remetido às entidades competentes é um problema. Quanto ao Regulamento, disse parecer-lhe que já teriam acordado quanto à versão final, no entanto, sempre pedem qualquer coisa mais. Da parte da Câmara Municipal, adiantou que o que os serviços tinham, e que é dado como fase final, iria ser remetido, no máximo, dentro de duas ou três semanas. No entanto, referiu que se alguém não der essa documentação como fase final, terá de assumir essa responsabilidade. E, antecipou, mesmo, que da parte da Câmara Municipal já têm PDM, até porque, para a Autarquia não existe qualquer problema. Agora, mau seria – comentou -, que a Câmara tivesse o PDM em mãos e não lhe desse saída.-----

----- Não deixou, também, de referir que não culpabilizava quem quer que fosse, mas a verdade era que as regras tinham sido alteradas já com o procedimento a decorrer, nomeadamente quanto à necessidade de Estudos de Impacte Ambiental para algo que já está feito, o que implica que os estudos tenham de ser feitos à medida do que se encontra feito, sob pena de a Câmara ter de começar tudo de novo.-----

----- Portanto, reforçou que da parte da Câmara Municipal tudo se encontrava feito e, por isso, considera que o processo se encontra em fase final, com excepção do Estudo de Impacte Ambiental que, como é paralelo, e é feito pela Universidade de Aveiro, o prazo de duas ou três semanas que disse dar é precisamente para esse efeito, para eles adequarem o Estudo ao que se encontra feito pela Câmara Municipal.-----

----- Relativamente à questão da saúde, esclareceu que tinha falado que a coordenação da saúde é feita pela Rede Social, portanto, tem rosto próprio.-----

----- Sobre as candidaturas ao Fundo Social, e mais especificamente sobre o Regulamento, explicou que o Executivo já tinha feito tudo e, em consenso, tinha estudado a melhor maneira para responder às candidaturas que são apresentadas. Referiu, no entanto, que se apresentam a pedir apoio pessoas que é do conhecimento que estão numa média acima de uma grande maioria, nomeadamente pequenos comerciantes que estão na desgraça, na falência, agricultores que estão na falência, e que não pedem. Explicou, assim, que com isso queria dizer que o rendimento *per capita* das pessoas que pedem ultrapassa largamente o rendimento *per capita* de muitas pessoas que não pedem porque já estão habituadas a viver com muito pouco.-----

----- Portanto, referiu que a Câmara Municipal não pode chegar ao Regulamento e alargar o seu âmbito só para distribuir o dinheiro público, a criar critérios de facilitismo ao acesso a esse tipo de apoio. E acrescentou que o dinheiro é público e de algumas empresas que têm colaborado nessa matéria, por isso, declarou-se preocupado com a possibilidade de ser dada ainda mais facilidade no Regulamento.-----

----- Continuando, esclareceu, ainda, que os processos são tratados através da Rede Social e das Técnicas de Serviço Social da Câmara Municipal, que fazem as entrevistas, cumprindo as regras que foram elaboradas pelos serviços e aprovadas pelo Executivo Municipal. Referiu, também, que as regras são facilmente detectáveis quando não se podem cumprir, ou quando as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pessoas nem sequer estão preocupadas com as regras, concluindo que este tipo de apoio não é o rendimento mínimo, porque a Câmara Municipal de Anadia vai tendo o cuidado de distribuir aos que mais precisam.

----- Adiantou, no entanto, que perante uma calamidade, a Câmara Municipal estará imediatamente disponível, com técnicos adequados, para fazer a avaliação da situação e ajudar, mas não é intenção da Câmara Municipal criar mais injustiças, mais desequilíbrios sociais do que os que já existem, porque, para esse efeito, disse que o Regulamento não iria funcionar. Pelo contrário, reforçou o Regulamento funcionará para criar equilíbrio, para que aqueles que estão mesmo em dificuldade, lhes seja dado um fôlego na vida. Para isso, sim, esse apoio foi criado e vai funcionar, concluiu.

----- Também considerou que quantos menos casos a Câmara Municipal tiver, é um sinal de que o concelho de Anadia, apesar de todas as complicações do País, ainda não é dos piores.

----- Para terminar, não deixou de reconhecer que muitas pessoas, por razões óbvias, provavelmente bem o mereciam, mas não aparecem na Câmara. E a esses, eu deixou um apelo à sua apresentação.

----- Por fim, referiu que o Fundo Social Municipal constituirá sempre uma reserva, caso não seja aplicado de forma indiscriminada, para aqueles que precisam, para aqueles que sofrem, porque foi para isso que foi criado.

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-PP.

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a apresentar duas questões que disse que gostaria de ver respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- Começou, então, por declarar que tinha sido com algum regozijo que naquela semana se apercebeu de que estavam a repavimentar, ou a melhorar o pavimento dos passeios da Rua Feliciano de Castilho. Mas, como não há bela sem senão, constatou que os buracos onde em tempos existiram umas árvores, e onde actualmente existem uns restos de cepos ou raízes, ficaram na mesma, portanto, não foram arrancados os cepos e o resto do passeio foi mais ou menos arranjado. Assim, como os cepos lá continuam, o que considera extremamente perigoso para as pessoas idosas e para as crianças, referiu que, provavelmente seria aconselhado arrancar os cepos, o que com uma máquina é feito num instante, e para quem circula no passeio, torna o passeio mais acessível e mais agradável para circular.

----- Apresentando a segunda questão, referiu que tinha chegado ao conhecimento dos Deputados do CDS-Partido Popular que os moradores da Rua Adriano Henriques entregaram à Câmara um abaixo assinado a solicitar meios físicos para limitação da velocidade na rua, uma vez que já houve mais do que uma morte por atropelamento de munícipes no local, além de vários animais. Assim, perguntou ao Senhor Presidente se a Câmara Municipal já tinha feito



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algo para solucionar a questão.-----

----- Para responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reconhecer que a questão dos cepos era uma questão séria, e nada tinha custado arrancar os cepos, pelo que apesar de não ter sido feita, garantiu que iria ser concretizada. No entanto, também referiu que não queria que, um dia, fosse acusado de estar a destruir o histórico, e de destruir tudo na Câmara Municipal, porquanto os cepos já lá estavam há bastante tempo e já seriam um histórico, também. Não obstante, reconheceu efectivamente a falha e garantiu que a mesma iria ser colmatada, os cepos iriam ser arrancados.-----

----- Quanto meios físicos para limitação da velocidade, referiu tratar-se de uma questão já levantada no Executivo Municipal pelo Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado. Entretanto, adiantou que a Câmara Municipal irá solucionar a questão, mas referiu tratar-se de uma Rua ainda com alguns problemas a resolver, relacionados com electricidade, aliás, a mesma informação que foi adiantada ao Senhor Vereador. Acrescentou, ainda, que a Câmara Municipal se encontra a aguardar a resolução desse problema, na medida em que ainda irá acontecer algum atravessamento de cabos, e adiantou que será nessa altura que pensa que a Câmara Municipal irá construir as chamadas lombas, por se tratar de uma Rua onde a circulação acontece com grande velocidade.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado, relativamente ao item da Educação, referiu que já em alguma demonstração das actividades da Câmara Municipal tem aparecido o desenvolvimento/procedimentos respeitante ao Programa Regime Fruta Escolar. Sobre essa matéria, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara o esclarecesse acerca desse item, reconhecendo a efectiva necessidade da existência daquele apoio, por parte União Europeia e do Governo, relativamente à fruta escolar nas Escolas. No entanto, não deixou de referir que o item, só por si, não era muito elucidativo, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara o elucidasse acerca daquele ponto concreto.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que como seria do conhecimento público, encontra-se determinado superiormente que as crianças têm direito a uma peça de fruta. Nessa conformidade, esclareceu que a Câmara Municipal cumpre com o determinado na Lei, apesar de não ser uma tarefa fácil de cumprir, na medida em que tudo tem de ser certificado, inclusivamente a fruta e o seu vendedor/fornecedor. Assim, informou que a Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem procurado um fornecedor adequado, devidamente legalizado, e proceder à respectiva distribuição pelas escolas, à semelhança do que é feito com as refeições escolares.

----- Esclareceu, ainda, tratar-se de uma actividade complementar da das refeições, mas também declarou não subsistir qualquer dúvida de que se trata de uma despesa para o Município, que comparticipa a fruta por ser uma obrigação da Câmara Municipal definida pelo Ministério da Educação, de acordo com um Programa a que a Câmara Municipal de Anadia aderiu mas que paga a sua parte.

----- Para solicitar mais um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.

----- O Senhor Deputado, relativamente à questão anteriormente levantada, recordou a existência de uma Portaria Conjunta, a número mil duzentos e quarenta e dois barra dois mil e nove, de doze de Outubro, que permite que a Câmara Municipal possa aderir a um programa de distribuição de fruta nas escolas, candidatando-se todos os anos. Nessa medida, disse pretender saber se essa candidatura tinha sido feita pela Câmara Municipal de Anadia e se a Autarquia estava a trabalhar para o próximo ano lectivo.

----- Para responder ao Senhor Deputado Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tudo isso era feito, mas não estava era pago. Adiantou, ainda, que inclusivamente já estava pronta a candidatura para o próximo ano lectivo, sem ter havido lugar ao pagamento da do ano lectivo que estava prestes a terminar, rematando, também, que os alunos não tinham deixado de comer a fruta.

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.

----- O Senhor Deputado começou por relembrar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha recentemente dado uma entrevista à comunicação social, e tinha também falado na Feira da Vinha e do Vinho, no sentido de que na Câmara Municipal não havia crise financeira.

----- Nessa conformidade, e encontrando-se a rede viária do concelho de Anadia em situação degradada, dando como exemplo a Rua que liga a freguesia de Avelãs de Caminho a Sangalhos (Fonte do Casal). Sobre a mesma, disse já ter chamado a atenção do Senhor Presidente da Câmara, numa sessão da Assembleia Municipal, no Inverno, nomeadamente quanto ao estado lastimoso em que essa estrada se encontrava e quanto ao perigo que oferecia aos seus utilizadores. Assim, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha ou não prevista alguma intervenção para aquela estrada, porquanto o Senhor Presidente da Câmara, na altura, o tinha informado de que estava à espera do bom tempo para intervir.

----- A terminar, disse que gostaria também de chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para a falta de desinfecção dos contentores do lixo, porquanto criam mau estar a quem passa junto deles, e, nessa medida, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se teria prevista alguma iniciativa para colmatar essa falha.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar o Senhor Deputado João Morais de que bastava olhar para a informação que lhe tinha sido disponibilizada, e que se encontrava em apreciação, para constatar o que tinha sido realizado pela Câmara Municipal e o que estava previsto investir em termos de vias municipais.-----

----- Entretanto, explicou ao Senhor Deputado João Morais que a maior parte das estradas que se encontra em mau estado de conservação, iria ser submetida a uma intervenção bastante grande, em termos de saneamento, pelo que a Câmara Municipal não tem condições para andar a gastar hoje e estragar amanhã.-----

----- Quanto à estrada do casal, esclareceu tratar-se de uma estrada que várias vezes tem sido rectificada, e adiantou que tal iria acontecer mais uma vez, até porque o seu estado não era assim tão mau, que uma pequena reparação não fosse suficiente para ficar em boas condições para a circulação do trânsito.-----

----- Ainda a respeito das vias de comunicação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou que a grande diferença residia no facto de que a Câmara Municipal de Anadia vinha dando resposta a estradas entre povoações, sendo poucas as que não se encontram em bom estado. Referiu, ainda, que as que efectivamente se encontram em pior estado, resultam da intervenção permanente na distribuição de água, de gás, de electricidade, que as vão deteriorando ao longo dos tempos, e que depois de mexidas, a sua manutenção se torna complicada.-----

----- Continuando, reafirmou que a Câmara Municipal se encontra de boa saúde financeira, por ser uma pessoa que acredita nos outros, como gosta que os outros acreditem nele. Esclareceu, assim, que as grandes dificuldades financeiras da Câmara Municipal só existiriam se a Câmara Municipal não recebesse o que lhe era devido, aproveitando para dar como exemplo os casos como: o programa da fruta (a Câmara aderiu ao Programa, distribuiu a fruta e ainda não pagaram); o Velódromo (construiu e ainda não pagaram); o Cineteatro (não o pagam). Apresentados os exemplos, reconheceu como evidente que a saúde financeira não era tão efectiva como parecia, mas referiu que recebendo o que lhe é devido, ficará com uma situação financeira invejável, sem sequer ter vendido os Serviços Municipalizados e tendo um grande património para vender.-----

----- Portanto, referiu que cumprindo com a Câmara, a sua palavra nunca ficará em pouco, porque não é capaz de dizer que algo que está falido está rico. Por isso, declarou que a Câmara Municipal de Anadia rica não está, também tem dificuldades. E adiantou que com certeza não irá gastar todo esse dinheiro em estradas, gastará algum nas estradas, nas escolas, enfim, no que efectivamente for mais necessário, porque estabeleceu prioridades e assim continuará a actuar.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acrescentou, aliás, ser uma prática levada a efeito, também, relativamente à questão dos contentores do lixo, que são frequentemente renovados. Quanto à sua limpeza, informou que a Câmara Municipal tem um programa de limpeza, no entanto, disse aceitar perfeitamente que com a chegada do Verão, e com a negligência pontual dos serviços, um ou outro caso não esteja efectivamente nas condições higiénicas que seriam desejáveis. Não obstante, disse que iria ser tomada nota disso e adiantou, mesmo, que agradecia que, nos sítios onde tal acontecesse, que fosse remetida comunicação à Câmara Municipal, e que não utilizassem só a Assembleia Municipal, até porque a Câmara é uma Câmara aberta.-----

----- Assim, deixou o pedido expresso, como Presidente da Câmara, e em nome da Câmara Municipal em geral, para que, através de um e-mail, ou de uma carta, darem a conhecer quando uma ruptura ocorre, ou quando se encontra um contentor destruído, porque a Autarquia tem um serviço de emergência para resolver essas situações.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do GM do PPD/PSD.-----

----- A Senhora Deputada, depois de cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, começou por dar os parabéns à Câmara Municipal pela organização da Feira da Vinha e do Vinho. Deu, também, os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal por anunciar que na próxima edição da Feira serão gratuitos os stands dos expositores e dos produtores para que mais entidades ou pessoas lá vão expor os seus produtos.-----

----- Ainda sobre a Feira da Vinha e do Vinho, disse esperar que o objectivo do número de visitantes tenha sido atingido (os cem mil) e colocou uma questão relativamente às marchas. Assim, perguntou por que razão na edição de dois mil e onze só tenham participado dois grupos, comparativamente ao número de freguesias representadas na edição do ano anterior.--

----- Colocou, ainda, uma questão relacionada com o Velódromo, perguntando se não haveria forma de anunciar mais exaustivamente o que se lá passa, principalmente ao fim-de-semana, quando se encontra aberto ao público, atendendo à dificuldade que ela própria tem, como vizinha, em conhecer a programação do Velódromo, e considerando de extrema importância a presença de público nos eventos que lá têm lugar, recordando que o Senhor Presidente da Câmara referiu isso mesmo no seu discurso de inauguração da Feira da Vinha e do Vinho.-----

----- Terminada a intervenção da Senhora Deputada Lúcia Araújo, do GM do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por esclarecer que os stands não iriam ser gratuitos para todos os expositores. Esclareceu que o que tinha dito era que alguns produtores de vinho iriam ficar isentos do pagamento, na medida em que a Câmara Municipal irá ter um programa diferente para a produção. Referiu, no entanto, que alguns produtores terão algum bónus nesse sentido, nomeadamente aqueles que têm participado na Feira da Vinha e do Vinho. Não deixou,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também, de destacar que havia que ter alguma consistência no que iam dizendo, na medida em que os produtores que nunca participaram, pensando ser gratuita a sua participação, intentariam fazê-lo e, consequentemente, a Câmara Municipal passa a não ter espaço. Portanto, resumiu que os que têm colaborado, terão o tal bónus, porque o que tinha dito era para cumprir.

----- Quanto às Marchas dos Santos Populares, lamentou o facto de apenas duas participarem, mas adiantou que provavelmente terá a ver com a vontade da população do concelho de Anadia, ou com a disponibilidade das pessoas, ou talvez, também, com a despesa inerente a tal participação. Reconheceu que gostaria de uma participação em maior número, mas adiantou não ter qualquer comentário mais a fazer, para além de considerar que foi parca a participação. Não obstante, disse que a Câmara Municipal iria tentar fazer com que a participação fosse mais activa na próxima edição da Feira da Vinha e do Vinho.

----- Relativamente ao Velódromo, referiu que a obra fala por si. Em Sangalhos, disse que o seu problema estava relacionado com o Centro Escolar e mais umas obras, para as quais aguardava uma Declaração de Interesse Público Municipal, que, aliás, tinha sido presente a uma sessão da Assembleia Municipal. E o problema residia – explicou –, no facto de ter pendurada a candidatura dessa obra, porque, apesar de a CCDR já ter emitido parecer favorável e de ter remetido o procedimento ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (a entidade que despacha sobre a matéria), como o Governo entrou em gestão, não quiseram despachar essa questão e, entretanto, decorreu um interregno, embora fossem sempre prometendo que despachavam. Portanto, referiu que as obras se fazem, para Sangalhos, ou para outro qualquer local, mas quando estiverem reunidas as condições legais para as fazer. E, no caso apresentado, aguarda que o Secretário de Estado do Governo que entretanto tomou posse despache o pedido.

----- Comentando que o caso anteriormente apresentado, apesar de não parecer, estava relacionado com o Velódromo, e dirigindo-se à Senhora Deputada, referiu que os Sangalhenses deveriam sentir orgulho por tudo o que lá têm. Quanto ao facto de lá irem tão pouco, disse que a Câmara Municipal não pode estar a remeter uma carta a cada cidadão para dar a conhecer a programação do Velódromo. O povo tem de assumir que lá tem uma grande obra e que a deve visitar, obra essa onde se fazem inúmeras manifestações desportivas de várias modalidades que qualquer terra gostaria de ter. Portanto, considerou que Sangalhos está em dívida para com aquela obra.

----- Aproveitou para dar o exemplo do Museu do Vinho Bairrada, referindo que a Senhora Deputada ficaria admirada, se fosse feito um inquérito a procurar saber quantas pessoas de Anadia o conhecem, com o número de pessoas que não conhecem uma obra admirada por toda a gente em termos de exposições, como o Museu do Vinho Bairrada.

----- Voltando a referir-se ao Velódromo, declarou que o seu desejo era ver aquela instalação cheia com Sangalhenses, com Anadienses e com gente de todo o lado, mas adiantou que nada



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pode fazer quanto a isso. Aproveitou, assim, para anunciar que no dia seguinte iria ter lugar, precisamente no Velódromo, uma etapa do Prémio Abimoto, com a participação dos melhores corredores da actualidade nacional, e acabou por admitir que provavelmente não iria ter grande assistência, porque também muita da programação não é definida pela Autarquia.

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do GM do PPD/PSD.

----- A Senhora Deputada, recuperando a questão do Velódromo, voltou a considerar haver falta de publicidade e acrescentou não haver apenas ingratidão por parte dos Sangalhenses, na medida em que se realizam no Velódromo os Campeonatos Nacionais e, nessa qualidade, são dirigidos a todo o País e não só aos Sangalhenses, dando como exemplo os jogos de futebol que fazem deslocar adeptos de todo o País aos seus campos e o próprio Jardim Zoológico que é visitado por inúmeras pessoas dos mais diversos locais, quando provavelmente pessoas que lá vivem perto nunca o terão visitado. A finalizar, reforçou que ao nível de actividades de fim-de-semana no Velódromo, há muito pouca publicidade, quando bastava um outdoor a anunciar. E concluiu, referindo que a não ser o jornal, de outra forma não se saberia o que se passa no Velódromo.

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, “*Apresentação, discussão e votação da segunda Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA*”.

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.

----- O Senhor Presidente começou por referir que como saberiam, a Câmara Municipal raramente vinha fazendo Revisões Orçamentais, a não ser a que era obrigatória com o saldo da gerência anterior. Explicou, assim, que desta vez a Câmara Municipal necessitava de um reforço de verba para vias, para os concursos que constavam da informação apreciada no ponto um da ordem do dia, porque, para lançar as obras a concurso, elas têm de estar cabimentadas na sua globalidade. Então, reforçou a necessidade em arranjar esse dinheiro e, para o efeito, disse que a Câmara Municipal tinha dois sítios onde poderia ir buscar esse dinheiro, mas não o tinha feito e só procurou um para demonstrar a forma como tem aproveitado as verbas.

----- Continuando, explicou que os serviços tinham recorrido à inscrição do Centro Escolar de Arcos, cuja comparticipação estava em setenta porcento e entretanto foram conseguidos oitenta porcento, acabando por dar uma sobra de mais oitocentos e trinta e sete mil euros. Portanto, aquele dinheiro sobrou e tinha de ser colocado em algum lado, uma vez o Centro Escolar se encontra concluído e, ainda que não estivesse, era aquele montante que tinha sido contratualizado com o empreiteiro.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Explicou, ainda, que na rubrica do Saneamento de Couvelha, onde também foi conseguida uma valorização de setenta para oitenta porcento da candidatura, a mesmo ficou com uma receita disponível de cinquenta mil novecentos e setenta e sete euros. Logo, informou que aqueles dois números deram para fazer a revisão orçamental, a qual permite lançar a concurso as obras que actualmente têm os projectos feitos e em relação às quais a Câmara Municipal tinha intenção de lançar a concurso. Portanto, explicou tratar-se de uma revisão orçamental extremamente simples, mas de uma evidência total, que não deixa qualquer dúvida. No entanto, não deixou de referir que poderiam ter sido utilizadas outras verbas, mas como a Câmara Municipal ainda não tinha as obras a concurso, não o iria fazer.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou, também, para lembrar que a Câmara tem uma candidatura de saneamento aprovada, de largos milhões de euros, e que poderia ter recorrido a essa verba para realizar algumas empreitadas, mas não quis fazer isso. Acrescentou, assim, que pretende fazer uma outra revisão, no sentido de integrar já todo esse dinheiro nas obras elencadas onde ele vai ser gasto.-----

----- A concluir, referiu que a revisão em discussão resolveria o problema com que os serviços se deparavam de momento, que era gastar o excedente em obras que não estavam naturalmente propostas para realizar de imediato. Portanto, rematou que tinha sido nisso em que se baseou, apenas em verbas do QREN que, bem administradas, deram para fazer aquelas novas obras.-----

----- Concluída a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vendo qualquer solicitação para intervir no âmbito da discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.-----

----- Finda a votação do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por unanimidade, com trinta e seis fotos a favor, a Assembleia Municipal aprovava a segunda revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto três da mesma, “*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda.” como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de dois mil e onze do Município de Anadia, nos termos do número dois, do Artigo quarenta e oito da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais)*”.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente começou por constatar tratar-se de um ponto referente à contratação



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um revisor oficial de contas efectivamente é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

----- Deu, assim, a conhecer ao Plenário que a representante da sociedade em questão, tinha proposto um número à Câmara Municipal, de acordo com as directivas e com os honorários determinados pela ordem dos revisores oficiais de contas. Adiantou, ainda, que analisada a proposta em reunião do Executivo Municipal, ficou acordado que o Executivo não estaria disponível para pagar os valores que constavam da mesma, mas que faria uma proposta de setecentos euros mês, e não os mil cento e sessenta e três, como tinha sido apresentada pela proponente.-----

----- No entanto, não deixou de reconhecer que a sociedade não estava muito bem paga, em relação aos honorários que são praticados no mercado. Mas também não deixou de destacar a questão da defesa dos interesses do Município. Não obstante, e colocando a possibilidade de a representante da sociedade não aceitar a contraproposta da Câmara Municipal, disse que teria de ser feito um procedimento concursal e aí, provavelmente, iriam às regras da própria Ordem e ficaria mais caro para a Autarquia.-----

----- Para terminar, referiu que o Executivo Municipal tinha acordado que se a representante aceitasse a contraproposta estaria disponível para propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade. O que aconteceu e, sendo do entendimento da Assembleia aceitar, a Câmara Municipal fará a contratação, rematou.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado referiu que sobre o assunto em discussão, e pelo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dado a perceber, não tinha sido dado cumprimento ao Código dos Contratos Públicos. Acrescentou, ainda, que não deixava de ser uma contratação de serviços, pelo que, no seu entendimento, ou pelo menos na sua perspectiva, estava sujeita, como está actualmente qualquer prestação, ao Código dos Contratos Públicos.-----

----- Disse, também, que lhe pareceu ter havido um processo de negociação e, além disso, a negociação directa, da experiência que tem tido, não tem sido muito favorável. Adiantou, ainda, que normalmente, quando há mais do que um concorrente, e dada a dificuldade de trabalho de mercado, os preços baixam substancialmente. Pelo exposto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha sido ou não cumprido o Código dos Contratos Públicos.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a Câmara Municipal ainda não tinha feito qualquer contratação e nem o poderia fazer sem a prévia autorização da Assembleia Municipal. Assim, referiu que se teria havido lugar a qualquer irregularidade, nada



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda tinha sido feito, mas adiantou, também, não pretender que a Assembleia Municipal assumisse tal irregularidade, a existir.

----- Esclareceu, ainda, que até setenta e cinco mil euros, o Presidente da Câmara e a Câmara tinham competências para fazer o ajuste directo. E que, inclusivamente, até dez mil euros era dispensado o contrato escrito, pelo que, tudo estava dentro da normalidade.

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.

----- O Senhor Deputado disse saber que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava investido desses poderes, que lhe eram conferidos pela lei, mas adiantou que o que tinha acontecido era que todas as Câmaras tiveram de fazer planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, e todos eles, pelo menos os que conhecia, prevêem que em qualquer das situações, para evitar esses problemas, que sejam sempre solicitados, no mínimo, três orçamentos, a não ser num caso excepcional de urgência, ou algo do género. Nas restantes situações – acrescentou -, todos os planos que conhece nessa área, e até em normas de controlo interno de algumas Câmaras, obrigam sempre a qualquer valor seja pedido a três concorrentes, podendo, excepcionalmente, ser feito, se houver um parecer prévio vinculativo.

----- Concluiu, assim, dizendo que era isso que pretendia saber, porque se o plano da Câmara Municipal de Anadia não previr, e apesar de não concordar, tudo bem. Mas, não deixou de considerar que, como está o mercado, a contactar uma só pessoa, lhe parece que a Câmara perde dinheiro.

----- Para um breve esclarecimento, na sequência da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por lembrar que o Presidente da Câmara Municipal, e a própria Câmara, tinham competências específicas e que a Câmara Municipal de Anadia o que vinha fazendo, dentro das suas competências e da lei, era resolver os problemas. Disse, também, que a Câmara Municipal tem tido muitas inspecções e nunca foi incomodada por isso, precisamente porque decorria da lei. Quanto ao que as outras Câmaras faziam, disse que não queria dizer que não fosse bem feito, mas declarou o procedimento adoptado pela Câmara Municipal de Anadia também é correcto.

----- No entanto, também reconheceu que o que tinha sido dito pelo Senhor Deputado estava certo, mas ressalvou não ser obrigatório. Quanto ao que o Senhor Deputado disse sobre pedirem três orçamentos, informou-o de que a Câmara de Anadia quando tem dúvidas dos preços, faz precisamente isso, pede os orçamentos até em importâncias inferiores a mil euros, numa tentativa de ajustar mais barato.

----- Portanto, reforçou que aquela decisão tinha sido tomada precisamente porque foi pensada e porque já no ano anterior tinham sido feitos contactos com várias pessoas e ninguém prestava o serviço por aquele preço. Comentou, entretanto, que provavelmente aquela pessoa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só tinha prestado aquele serviço pelo anterior preço precisamente porque não sabia o que viria fazer.

----- Recordou, também, que a Câmara Municipal de Anadia já tem um movimento financeiro muito grande e que os custos apresentados se baseiam, exactamente, no montante orçamentado. Portanto, destacou, uma vez mais, que o procedimento era desenvolvido dentro das normas e sugeriu aos Senhores Deputados que a subsistirem algumas dúvidas sobre o assunto as deveriam colocar.

----- A título de curiosidade, informou que o Tribunal de Contas, para visar a conta do Município do ano de dois mil e oito, levou onze mil euros, só de visto da conta. Portanto, declarou não saber se aquela pessoa levava pouco ou muito dinheiro. O que disse saber é que a responsabilidade que tem é enorme, ela ou outro, e, portanto, poderiam criticar por razão aquela e não outra, mas tinha sido a que apareceu e nem sequer a conhecia.

----- Para finalizar, referiu que o que poderia dizer era que, na opinião da Câmara Municipal, era barata e que a própria Câmara reunida entendeu ser aquela uma solução para já aceitável, antecipando que no ano seguinte o procedimento seria diferente.

----- Não havendo mais intervenções solicitadas no âmbito da discussão do terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu esse período de discussão por encerrado e submeteu o ponto à votação.

----- Finda a votação do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado do GM da CDU e dos Senhores Deputados do GM do PS, zero votos contra, e duas abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de revisores Oficiais de Contas "Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda." como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de dois mil e onze do Município de Anadia.

----- Decorrida a votação, e anunciado o seu resultado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.

----- De imediato, deu também por encerrado o período da ordem do dia e passou ao período de intervenção do público.

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, anunciou que, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA, não iria haver intervenção do público naquela sessão ordinária de trinta de Junho de dois mil e onze.

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, através da Senhora Deputada Lúcia Araújo, para aprovação em minuta dos pontos dois e três da ordem do dia.

----- Depois de submeter à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois e três da ordem do dia, o Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e seis votos a favor.-----

----- Antes de dar por encerrada a sessão ordinária de trinta de Junho de dois mil e onze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou a todos os Senhores Deputados e membros da Assembleia que na última reunião de líderes tinha sido acordado que fosse pedido a todos os membros eleitos da Assembleia nos diversos órgãos de que fazem parte que, para a sessão de Setembro, produzissem um pequeno relatório relativamente às suas reuniões ou aos locais onde estão, designadamente Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança, CIRA. Enfim, de todos os locais onde houve membros da Assembleia Municipal, directa ou indirectamente eleitos, para que produzissem um documento simples, mas que desse à Assembleia uma imagem dos trabalhos desenvolvidos nesses locais e que esses documentos fossem remetidos até ao final de Agosto para depois poder ser preparada a sessão da Assembleia Municipal do mês de Setembro. Adiantando que tal pedido seria remetido por carta a todos os membros dessas comissões, não deixou antecipar tal solicitação.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que também gostaria de deixar um convite aos membros da Assembleia para no dia seguinte assistirem ao prólogo do Grande Prémio Abimoto, que iria decorrer no Velódromo de Sangalhos, entre as dezoito e as vinte e uma horas, e para os que gostavam de ciclismo, também teriam, no sábado de manhã, o Primeiro Prémio Professor Litério Marques, que iria decorrer na pista do Velódromo. Deixou, igualmente, um convite para todos. Nesse mesmo dia, à noite, informou que se iria celebrar, no Cineteatro Anadia, com a participação das escolas do concelho, mais um aniversário da Biblioteca Municipal de Anadia, pelo que também formulou o convite a todos os Senhores Deputados.-----

----- Anunciou, ainda, que no final do mês de Julho iria decorrer, também em Sangalhos, o Campeonato da Europa de Ciclismo, mas, entretanto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar uma palavra sobre o assunto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por constatar que se desenvolvem no Velódromo actividades internacionais. Como tal, considera importantíssimo que os cidadãos, de um modo geral, e em especial a Assembleia Municipal de Anadia, saiba que o Campeonato Europeu de Ciclismo se vai realizar no Velódromo, em Sangalhos, do dia vinte e seis ao dia trinta e um de Julho. Com a participação de centenas de atletas, referiu não se tratar de um qualquer acontecimento, mas de um evento a nível internacional que, certamente, criaria apetite a toda a gente para lá ir ver. Adiantou, assim, que a Câmara Municipal, naquele caso, iria procurar fazer alguma publicidade, no sentido de ter a casa cheia naqueles dias.-----

----- Esclareceu, também, e para que não acontecessem interpretações um pouco incómodas, que não tinha sido ele a instituir o Prémio Litério Marques, mas tinha sido a Federação Portuguesa de Ciclismo que tinha entendido dar-lhe esse nome.-----

----- Por fim, relembrou a realização no dia seguinte do Prémio Abimoto, das dezoito às vinte e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma horas, pelo que, destacando não serem horas de trabalho, apelou à participação de todos aqueles que estiverem interessados em ir e finalizou, agradecendo a atenção e desejando a todos um bom fim-de-semana.-----

----- Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária, quando eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -